4º - A listagem dos eleitores e o material para a votação serão aqueles oficialmente divulgados pela CE, a partir dos dados fornecidos pela Diretoria de Gestão de Pessoal – DGP e Diretoria de Controle Acadêmico - DCA.

5º - A Ata da seção deverá ser assinada pelo presidente, mesários e fiscais presentes.

6º - Cada chapa ou candidato inscrito poderá credenciar junto à CE, até 03 (três) fiscais por seção, que se revezarão no exercício de suas atividades, na forma prevista no §2º deste Artigo.

7º - Os membros da mesa e os fiscais deverão votar no decorrer do pleito na seção em que estiverem trabalhando, em separado, se for o caso.

8º - Terão preferência para votar os membros da CE, os enfermos, as mulheres grávidas, os idosos e os portadores de necessidade de atendimento especial.

9º - Os eleitores só poderão votar em seus respectivos locais de lotação.

10º - Não será permitido o voto em separado, exceto na condição observada no §7º;

Art. 23- Compete ao presidente da mesa receptora:

Presidir os trabalhos da mesa;

Conferir a integridade do material da votação;

Identificar os fiscais credenciados;

Solicitar a identificação do votante e verificar se o seu nome consta na lista dos eleitores da seção;

Rubricar, juntamente com um dos membros da mesa as cédulas de votação;

Dirimir as dúvidas que ocorram no âmbito da mesa que preside, durante o processo de votação;

Comunicar as ocorrências à CE;

Assinar a ata de votação, com os demais membros da mesa;

Enviar à CE os resultados da votação da mesa receptora sobre sua responsabilidade.

Parágrafo único: Nas mesas receptoras dos Campi do interior os presidentes podem, ao encerrar a apuração, enviar inicialmente os resultados por meio eletrônico, devendo em o prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas úteis, após o dia da eleição, enviar os dados por malote ou entrega-los pessoalmente a CE.

Art. 24 – Compete aos mesários da mesa receptora:

Substituir o presidente na sua falta ou impedimentos ocasionais;

Auxiliar o presidente nas suas atribuições;

Solicitar e fazer registrar a assinatura dos votantes na lista dos eleitores;

Lavar a ata de votação e assiná-la com os demais membros da mesa.

Art. 25 - O voto será secreto e não poderá ser exercido por correspondência nem por procuração.

Art. 26 – Visando resguardar o sigilo do voto e a inviolabilidade das urnas, adotar-se-ão as seguintes providências:

No início da votação, será rompido o lacre de abertura da urna, na presença dos fiscais ou de 02 (duas) testemunhas e interessados que estiverem no local;

A ordem da votação será a de chegada do eleitor, excetuando-se o que preconiza o §8º do Artigo 22;

O eleitor se identificará junto à mesa, com a apresentação de um documento oficial e original de identificação, diga-se: Carteiras ou cédulas de identidade expedidas pelas secretarias de segurança, forças armadas, ministério das relações exteriores ou pelas polícias militares e a carteira nacional de habilitação, passaporte, carteira de trabalho e previdência social, além das carteiras expedidas por órgãos de classe e conselho que por força de lei federal valem como identidade, que contenham obrigatoriamente foto e assinatura.

O eleitor usará cabine indevassável para votar;

Em caso do uso de cédula eleitoral em papel, a autenticidade de cada cédula será garantida pelas rubricas do presidente da mesa e dos mesários da seção, apostas no ato de entrega da cédula ao eleitor.

Art. 27 – Na cédula eleitoral constarão os nomes de todas as chapas ou candidatos inscritos para o cargo de acordo com a ordem obtida através de sorteio, realizado pela CE, 05 (cinco)

dias após a homologação das chapas ou candidatos, na presença dos pleiteantes aos cargos ou de seus representantes legais, sendo destacado em caixa alta, os nomes pelos quais são conhecidos.

1º - No caso de uso da urna eletrônica será incluída na cédula eleitoral a foto de todos os candidatos ao cargo em eleição.

2º - No caso de cédula em papel, a de cor amarela será utilizada pelos professores, a de cor azul pelos técnico-administrativos e a de cor verde pelos alunos.

Art. 28 - Fica assegurado aos docentes, funcionários técnico-administrativos e discentes o direito de se ausentarem de seus locais de trabalho e salas de aula, pelo tempo necessário para o exercício do direito de voto.

Art. 29 - Visando resguardar os direitos de exercer o voto, a CE deverá garantir que a seção eleitoral funcione de acordo com o horário previsto no calendário eleitoral e deverá tomar providências no sentido de evitar qualquer obstrução ao ingresso do eleitor no seu local de voto.

Parágrafo único: Será considerado ato passível de investigação administrativa ou acadêmica a promoção de atos que impeçam o voto de um eleitor apto a participar da eleição de acordo com as normas dessa resolução.

CAPÍTULO VI

Da Apuração

Art. 30 - A apuração será procedida pela própria mesa receptora, logo após o encerramento da votação.

1º - Os trabalhos de apuração poderão ser acompanhados por 01 (um) fiscal credenciado de cada chapa ou candidato, por mesa apuradora.

2º - Só poderão permanecer no local destinado à apuração os membros da CE, os candidatos, os integrantes da mesa apuradora e os fiscais credenciados.

3º - Iniciada a apuração, os trabalhos só serão finalizados após a proclamação do resultado final.

4º - Os recursos e dúvidas sugeridas durante a apuração, serão decididos por maioria simples, por meio dos votos dos membros da mesa apuradora, em primeira instância.

Art. 31– Serão consideradas nulas as urnas que:

Apresentarem sinais evidentes de violação;

Não estiverem acompanhadas das respectivas atas e listas de eleitores.

Apresentarem quantitativo de cédulas diferentes do número de eleitores que votaram.

Parágrafo único: As urnas consideradas nulas serão lacradas e guardadas para efeito de julgamento de recursos.

Art. 32 – Em caso do uso de cédulas de papel serão anuladas as cédulas que:

Não contiverem a autenticação da mesa;

Não corresponderem ao modelo oficial;

Que tiverem mais de um nome assinalado para cada um dos cargos disputados;

Quaisquer registros estranhos à cédula ou que identificarem o eleitor.

Parágrafo único: As cédulas e os votos, válidos ou não, retornarão, após sua apuração, à urna de origem, que será lacrada e guardada para efeito de julgamento de recursos.

Art. 33 – No boletim de apuração deverá constar:

O número de eleitores;

O número de votantes;

O número de faltosos;

O número de votos válidos, brancos e nulos, para cada chapa ou candidato.

Art. 34 – Serão considerados eleitos para o Colegiado de Curso, Chefia de Departamento os candidatos inscritos que tiverem obtido o maior número de votos em ordem decrescente.

Art. 35- Será considerado eleito para Coordenação de Campi, Coordenador de Curso, para Direção de Centro a chapa ou candidato que obtiver o maior número de pontos de acordo com o que está previsto no artigo 18 dessa resolução.

Art. 36 – Em caso de empate aplicar-se-á como critério de desempate o candidato com maior titulação. E persistindo o empate, o candidato com maior tempo de serviço na universidade e posteriormente o de idade maior.

Art. 37 - A CE divulgará imediatamente os resultados finais das eleições, concluída a apuração e julgado os recursos.

Art. 38 – A CE enviará, por ofício, o resultado final das eleições ao CONSUN ou respectivo CONCEN, acompanhado do mapa geral do pleito.

Art. 39 – O resultado das eleições para o Colegiado de Curso, Coordenação de Curso, Chefia de Departamento e Direção de Centro deverão ser homologados pelo CONCEN respectivo, em sessão a ser realizada em até 03 (três) dias úteis após a divulgação do resultado e julgamento de recursos pela CE.

Art. 40 – O resultado das eleições para a Coordenação de Campi deverá ser homologado pelo CONSUN.

Art. 41 – Todos os recursos referentes à impugnação de urnas, chapas, candidatos ou quaisquer atos eleitorais serão julgados pela Comissão Eleitoral, em primeira instância, devendo ser observadas as normas da presente resolução e, no que couber, o que estabelece a legislação eleitoral comum vigente.

1º - Em segunda instância o CONCEN respectivo e em última instância, os recursos de que trata o “caput” deste artigo serão apreciados pelo CONSUN.

2º - Os recursos deverão ser interpostos para comissão eleitoral no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados a partir da divulgação oficial do resultado final pela CE.

3º - Os recursos deverão ser interpostos para o Conselho de Centro no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados a partir da divulgação do resultado do recurso da CE.

4º - Os recursos deverão ser interpostos para o CONSUN através da Secretaria dos Órgãos Colegiados no prazo de 03 (três) dias úteis, contados a partir da divulgação do resultado do recurso do CONCEN.

5º - Os recursos nas eleições para a Coordenação de Campi serão julgados em primeira instância pela CE e em última instância pelo CONSUN.

CAPÍTULO VII

Das Disposições Finais

Art. 42 - As chapas ou candidatos inscritos para eleição de qualquer um dos cargos previstos nessa resolução que descumprirem o Regimento Eleitoral poderão ser excluídos do processo eleitoral, observado o direito a ampla defesa e ao contraditório.

Art. 43 – Os casos omissos serão resolvidos em primeira instância pela CE, em segunda instância pelo CONCEN e em última instância pelo CONSUN.

Art. 44- Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Protocolo: 176637

TERMO ADITIVO AO EDITAL Nº 52/2017 - UEPA

SELEÇÃO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MBA EXECUTIVO EM ADMINISTRAÇÃO: COM ÊNFASE EM GESTÃO ESTRATÉGICA DE SAÚDE PÚBLICA E SERVIÇOS DE SAÚDE PARA O ANO ACADÊMICO DE 2017/18, PARA O PREENCHIMENTO DE VAGAS REMANESCENTES DO EDITAL-UEPA 045/2017.

O Reitor da Universidade do Estado do Pará – UEPA no uso de suas atribuições torna público a prorrogação das inscrições do Processo de Seleção do Programa de Pós-Graduação MBA Executivo em Administração: com Ênfase em Gestão Estratégica de Saúde Pública e Serviços de Saúde, conforme abaixo.

ANEXO I

CRONOGRAMA DO PROCESSO SELETIVO

Período das Inscrições	09 à 11/05/2017
------------------------	-----------------

Belém, 10 de abril de 2017.

Juarez Antônio Simões Quaresma

Reitor da Universidade do Estado do Pará

Protocolo: 176705